ESCUDO CONCURSOS

ESCUDO CONCURSOS · FGV

POLÍCIA CIVIL/MG 2026 INVESTIGADOR

INVESTIGADOR DE POLÍCIA I · BASE: EDITAL Nº 04/2024, ATUALIZADA ATÉ OUTUBRO DE 2026

129	645	70
CAPÍTULOS	QUESTÕES COMENTADAS	QUESTÕES NA PROVA

MATERIAL PARA O SEU EDITAL

Teoria completa e questões inéditas comentadas · Mateus Vazzoller

@ESCUDOCONCURSOS

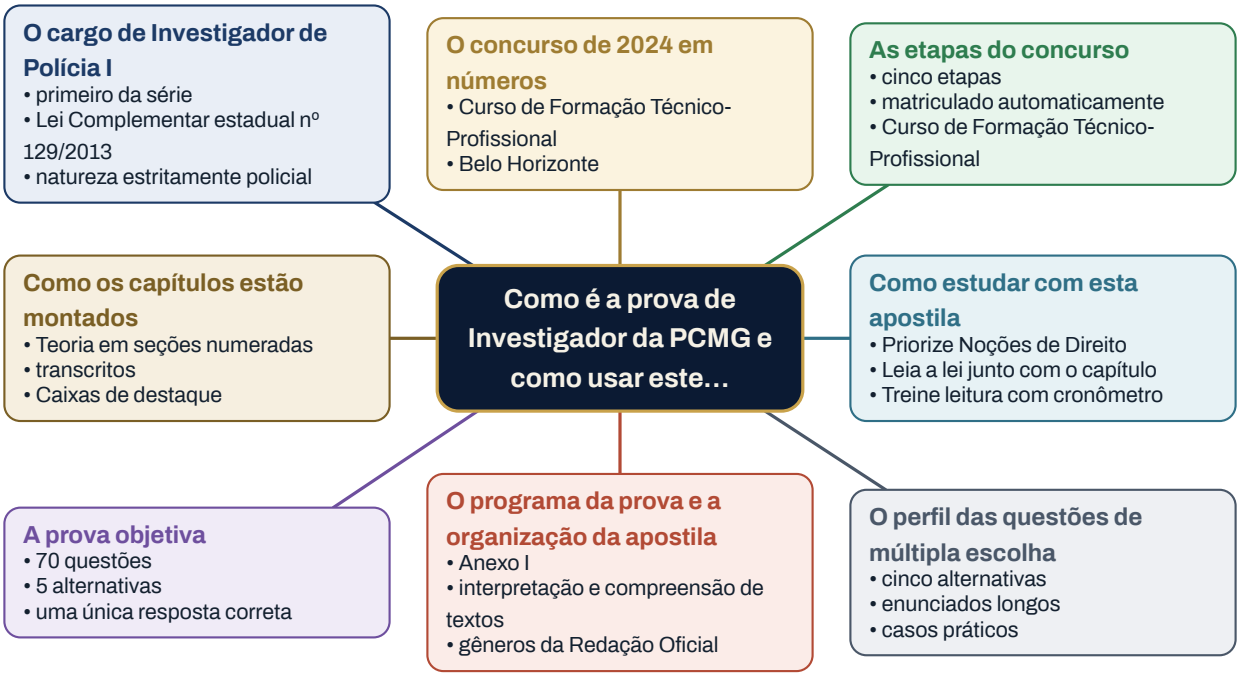
CAPÍTULO 1

COMO É A PROVA DE INVESTIGADOR DA PCMG E COMO USAR ESTA APOSTILA

TEORIA

Esta apostila prepara o candidato para o cargo de **Investigador de Polícia I** da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG). Em outubro de 2026, não havia edital novo publicado: a imprensa noticiou a intenção do Governo do Estado de realizar novo concurso, com número expressivo de vagas, mas nada disso tinha sido oficializado. Por isso, a referência concreta para organizar o estudo é o **último concurso realizado para o cargo**, regido pelo **Edital nº 04/2024**, executado pela **Fundação Getulio Vargas (FGV)** em conjunto com a **Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (ACADEPOL)**. Este capítulo mostra como aquele concurso foi estruturado, quais etapas o candidato enfrenta, como a prova objetiva foi distribuída entre as disciplinas e como aproveitar cada capítulo da apostila.

1.1 Mapa do capítulo



1.2 O cargo de Investigador de Polícia I

O cargo de Investigador de Polícia I é o **primeiro da série** da carreira de Investigador de Polícia, uma das carreiras policiais civis previstas na **Lei Complementar estadual nº 129/2013** (Lei Orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais). O edital lembra que o cargo é de **natureza estritamente policial** e que o regime de trabalho segue o art. 58 da LC nº 129/2013, caracterizado:

- pela prestação de serviço em **condições adversas de segurança**, com jornadas normais e excepcionais, plantões noturnos e convocações a qualquer hora e dia;

- pelo **dever de imediata atuação** sempre que o policial presenciar a prática de infração penal, independentemente da carga horária, do repouso semanal e das férias;
- pela realização de **diligências policiais** em qualquer região do Estado ou fora dele.

As atribuições descritas no edital

O item 1.6 do Edital nº 04/2024 descreve, de forma sumária, as funções do Investigador de Polícia I. Entre elas, destacam-se:

- cumprir e formalizar **diligências policiais, mandados** e outras determinações do Delegado de Polícia;
- analisar, pesquisar e processar dados para a obtenção de **vestígios e indícios probatórios**;
- colher **impressões digitais** para identificação civil e criminal, inclusive de cadáveres;
- realizar a **custódia provisória** de pessoas no curso dos procedimentos policiais;
- realizar inspeções e **operações policiais** e adotar, sob a coordenação do Delegado, as medidas necessárias para os exames periciais e médico-legais;
- formalizar **relatórios circunstanciados** sobre diligências e providências cumpridas no curso das investigações;
- promover a **mediação de conflitos** no âmbito da Delegacia de Polícia Civil;
- registrar ocorrências e cuidar do manuseio, da identificação, da guarda provisória e do encaminhamento de objetos, substâncias, bens e valores arrecadados.

Repare como essas atribuições explicam o próprio programa da prova. O relatório de investigação exige domínio da Língua Portuguesa; a análise de dados exige raciocínio lógico e informática; o cumprimento de mandados e a prisão em flagrante exigem Direito Processual Penal; a coleta de vestígios e a identificação humana dialogam com a Medicina Legal; a abordagem e a custódia de pessoas exigem Direitos Humanos.

> **Na prática da investigação**
>
> Um investigador que cumpre um mandado de busca em Contagem, lavra o auto de apreensão, preserva os objetos para a cadeia de custódia e depois redige o relatório da diligência está aplicando, numa só manhã, Processo Penal, Legislação Extravagante, Medicina Legal e Língua Portuguesa. Estudar para a prova é também estudar para o trabalho.

Regime jurídico e requisitos de investidura

O edital de 2024 informou que o regime jurídico é **estatutário**, com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Minas Gerais (Lei nº 869/1952) e no regime policial da LC nº 129/2013, com obediência à **disciplina e à hierarquia**. A jornada é de **40 horas semanais**.

Para tomar posse, o candidato aprovado precisava preencher, cumulativamente, requisitos como:

- idade mínima de **18 anos** completos na data da posse;
- ser **brasileiro** nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto da Igualdade;
- estar em dia com as **obrigações eleitorais** e, se do sexo masculino, também com as **militares**;
- estar no pleno exercício dos **direitos civis e políticos**;
- possuir **diploma de curso superior** reconhecido pelo Ministério da Educação.

A exigência de nível superior decorre do **art. 85 da LC nº 129/2013**, que remete ao edital a definição da habilitação para as carreiras de Escrivão, Investigador e Perito Criminal. O edital de 2024 aceitou **tecnólogo, licenciatura ou bacharelado**, em qualquer área.

> Art. 85 – O ingresso em cargo das carreiras a que se refere o art. 76, a realizar-se conforme o disposto no art. 83, depende da comprovação de habilitação mínima em nível superior:
> III – conforme definido no edital do concurso público, para ingresso nas carreiras de Escrivão de Polícia, de Investigador de Polícia e de Perito Criminal.

> ⚠ **Não confunda**
> Para **Delegado de Polícia**, a LC nº 129/2013 exige graduação em **Direito**; para **Médico-Legista**, graduação em **Medicina**. Para **Investigador**, a lei apenas exige nível superior e deixa ao **edital** a definição da formação. Em 2024, qualquer graduação, inclusive tecnólogo, foi aceita.

1.3 O concurso de 2024 em números

O Edital nº 04/2024 abriu inscrições de **21 de outubro a 19 de novembro de 2024**. Os principais dados estão no quadro abaixo.

Item	O que previa o Edital nº 04/2024
Banca	FGV, com a ACADEPOL
Vagas	165, das quais 17 reservadas a pessoas com deficiência (10%)
Escolaridade	Nível superior (tecnólogo, licenciatura ou bacharelado)
Vencimento inicial	R$ 5.332,62 (Nível I, Grau A)
Jornada	40 horas semanais
Taxa de inscrição	R$ 85,00
Local das etapas	Belo Horizonte
Prova objetiva	26/01/2025, das 15h às 19h
Validade	2 anos, prorrogável uma vez por igual período

Todas as etapas do concurso e também o **Curso de Formação Técnico-Profissional** foram previstos para **Belo Horizonte**. Concluído o curso, o servidor é designado para as unidades policiais do Estado, segundo a ordem de classificação obtida no próprio curso de formação.

> ⚠ **Atenção**
> Vagas, vencimento, taxa e datas acima são do concurso de 2024. Quando um novo edital for publicado, esses números mudarão. O que tende a se manter é a **estrutura da prova**, a **distribuição de questões** e o **perfil das matérias**, e é nisso que esta apostila se apoia.

1.4 As etapas do concurso

O item 3.1 do edital previu **cinco etapas**, realizadas nesta sucessão:

Ordem	Etapa	Caráter	Execução
1	Prova de Conhecimentos Objetiva	Eliminatório e classificatório	FGV
2	Exames Biomédicos e Biofísicos	Eliminatório	FGV
3	Avaliação Psicológica	Eliminatório	FGV
4	Prova de Títulos	Classificatório	ACADEPOL

Ordem	Etapa	Caráter	Execução
5	Investigação Social	Eliminatório	ACADEPOL

Depois da nomeação e da posse, o servidor é **matriculado automaticamente** no **Curso de Formação Técnico-Profissional** da ACADEPOL, recebendo, nesse período, a remuneração do primeiro grau do nível inicial da carreira (art. 83, § 2º, da LC nº 129/2013, citado na retificação do edital).

Exames biomédicos e biofísicos

A etapa tem duas fases. Os **exames biomédicos** verificam se o candidato goza de boa saúde física e não tem doença que o incapacite para a função. Os **exames biofísicos** são testes físicos: **flexão de braço**, **corrida de 50 metros rasos**, **impulsão horizontal** e **teste de Cooper** (12 minutos). Cada teste vale até 25 pontos. É considerado apto quem soma pelo menos **60 pontos** no total, com o mínimo de **2 pontos em cada teste**.

Pelo item 8.1, só foram convocados para essa etapa os **825 candidatos** de melhor pontuação na prova objetiva, já incluídos 85 candidatos com deficiência, além dos empatados na última posição.

Avaliação psicológica

A avaliação psicológica verifica **inteligência, aptidões específicas e características de personalidade** adequadas ao exercício profissional, por meio de instrumentos objetivos da Psicologia, aplicados por psicólogos habilitados. O resultado é **apto** ou **inapto**, e a despesa corre por conta do candidato.

Prova de títulos

A prova de títulos é **apenas classificatória** e vale no máximo **5 pontos**:

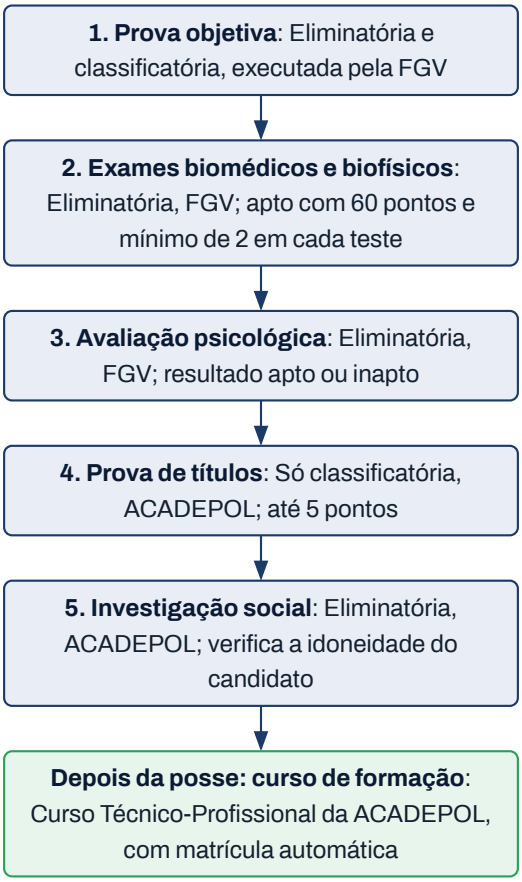
Título	Pontos
Doutorado	4
Mestrado	3
Especialização lato sensu	2
Segundo curso superior	2
Curso de natureza policial (ACADEPOL ou congênere, 80 horas-aula ou mais)	1 por curso, até 3

Investigação social

A investigação social, feita pela própria PCMG, verifica a **idoneidade** do candidato sob os aspectos moral, social e criminal. O candidato considerado **contraindicado** pode recorrer e, mantida a decisão, é eliminado.

> 🧠 **Memorize**
>
> Cinco etapas em 2024: **prova objetiva** (eliminatória e classificatória), **exames biomédicos e biofísicos**, **avaliação psicológica**, **títulos** (só classificatória, até 5 pontos) e **investigação social**. A classificação final soma **prova objetiva + títulos**. O curso de formação vem **depois** da posse.

As cinco etapas do concurso de 2024



1.5 A prova objetiva

A prova objetiva é o centro da preparação. O item 4.1.5 do edital a descreve assim: **70 questões** de múltipla escolha, cada uma com **5 alternativas** (A a E) e **uma única resposta correta**, divididas em dois módulos.

Módulo	Disciplina	Questões
I. Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	10
I. Conhecimentos Básicos	Raciocínio Lógico-Matemático	6
I. Conhecimentos Básicos	Informática Básica	8
I. Conhecimentos Básicos	Lei Orgânica da PCMG	6
II. Conhecimentos Específicos	Direito Administrativo	6
II. Conhecimentos Específicos	Direito Constitucional	6
II. Conhecimentos Específicos	Direito Penal	5
II. Conhecimentos Específicos	Direito Processual Penal	5
II. Conhecimentos Específicos	Legislação Penal e Processual Extravagante	4
II. Conhecimentos Específicos	Direitos Humanos	4
II. Conhecimentos Específicos	Medicina Legal	5
II. Conhecimentos Específicos	Criminologia	5
Total		70

As cinco primeiras disciplinas do Módulo II formam o bloco de **Noções de Direito**, com **26 questões**: mais de um terço da prova. É o maior bloco e, como se verá, o primeiro critério de desempate depois da idade.

Pontuação e aprovação

Cada questão vale **1 ponto**, totalizando **70 pontos**. Pelo item 4.1.7, é aprovado na prova objetiva quem acerta no mínimo **50%** das questões, ou seja, **35 pontos**. O edital de 2024 **não fixou mínimo por disciplina** nem por módulo: o corte foi único, sobre o total da prova.

Isso não significa que seja seguro abandonar uma matéria. Apenas os 825 melhores colocados seguiram para a etapa seguinte, de modo que a nota de corte real ficou muito acima dos 35 pontos. Cada questão conta.

> ⚠ **Pegadinha de prova**
>
> Os **35 pontos** são o mínimo para não ser eliminado, não a nota para ser convocado. Como só os 825 melhores (com 85 vagas de convocação para pessoas com deficiência) avançaram para os exames biomédicos e biofísicos, o candidato aprovado com nota baixa pode simplesmente não ser chamado para a etapa seguinte.

Duração e regras do dia da prova

A prova durou **4 horas** (das 15h às 19h), com portões fechados às 14h30. Alguns cuidados do edital:

- o tempo da prova **inclui** a transcrição das respostas para a folha de respostas;
- o candidato só pode deixar a sala depois de decorridas **2 horas** do início;
- é obrigatório o uso de **caneta esferográfica** de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente; lápis, borracha e corretivo são proibidos;
- não recebe ponto a questão com **mais de uma resposta**, emenda ou rasura.

Com 70 questões em 4 horas, o candidato dispõe de pouco mais de **3 minutos por questão**, já descontado o tempo de preenchimento da folha. Nas questões de Língua Portuguesa, com textos longos, e nas de Direito, com casos práticos, a gestão do tempo é decisiva.

Critérios de desempate

Na **classificação final** (objetiva + títulos), o item 13.3 dá preferência, sucessivamente, ao candidato que:

1. tiver **60 anos ou mais** (e, entre esses, o mais velho);
2. obtiver mais pontos em **Noções de Direito**;
3. obtiver mais pontos em **Língua Portuguesa**;
4. obtiver mais pontos em **Informática Básica**;
5. obtiver mais pontos na **prova de títulos**;
6. tiver exercido a função de **jurado**;
7. tiver **maior idade**.

Na classificação preliminar, depois da prova objetiva (item 7.1.1), a ordem é a mesma, sem o critério dos títulos, que ainda não foram avaliados.

> 💡 **Dica de prova**
>
> Depois da idade, desempata quem fez mais pontos em **Noções de Direito**, seguido de **Língua Portuguesa** e **Informática Básica**. Raciocínio Lógico, Lei Orgânica, Direitos Humanos, Medicina Legal e Criminologia não aparecem como critério de desempate, mas contam igualmente na nota total.

1.6 O programa da prova e a organização da apostila

A apostila segue o **Anexo I** do Edital nº 04/2024, com o conteúdo atualizado pela legislação vigente em outubro de 2026. Está dividido em treze partes, na ordem das disciplinas do edital.

Parte	Capítulos	Conteúdo	Questões em 2024
1	1	A prova de Investigador da PCMG	-
2	2 a 20	Língua Portuguesa	10
3	21 a 33	Raciocínio Lógico-Matemático	6
4	34 a 47	Informática Básica	8
5	48 a 55	Lei Orgânica da PCMG	6
6	56 a 63	Direito Administrativo	6
7	64 a 71	Direito Constitucional	6
8	72 a 87	Direito Penal	5
9	88 a 96	Direito Processual Penal	5
10	97 a 108	Legislação Penal e Processual Extravagante	4
11	109 a 116	Direitos Humanos	4
12	117 a 123	Medicina Legal	5
13	124 a 129	Criminologia	5

Língua Portuguesa

O programa de Português é amplo e se divide em dois blocos. O primeiro é a **interpretação e compreensão de textos**: tipos textuais, coerência e coesão, recursos de construção textual e os **gêneros da Redação Oficial** (princípios gerais, pronomes de tratamento, ofício, memorando, requerimento, relatório e parecer). O segundo reúne os **conhecimentos linguísticos**: gramática do padrão formal, intertextualidade e vozes discursivas, semântica e figuras de linguagem, pontuação, sintaxe, concordância e regência. Os capítulos 2 a 20 cobrem todos esses itens.

Raciocínio Lógico-Matemático e Informática Básica

O Raciocínio Lógico-Matemático combina **lógica formal** (proposições, conectivos, equivalências, quantificadores), **matemática básica** (números, porcentagem, juros, proporcionalidade, medidas, geometria, plano cartesiano, estatística, contagem e probabilidade) e **raciocínio** sobre relações, sequências e orientação espacial.

A Informática Básica é extensa para apenas 8 questões: **Windows 10 e Linux**, redes (TCP/IP, IPv4, IPv6, DNS, DHCP, SNMP), internet e **Google Chrome**, **Marco Civil da Internet**, correio eletrônico e **Outlook 2016**, **Office 2016** e **LibreOffice 7.1**, segurança da informação, **LGPD**, certificação digital, criptografia PGP e software livre.

Lei Orgânica da PCMG

É a única matéria de **legislação estadual** e vale 6 questões. O edital recorta:

- da **Lei nº 5.406/1969**, apenas o Livro V, Título XVII (**Regime Disciplinar**), com muitos dispositivos revogados ou substituídos pela LC nº 129/2013;
- da **LC nº 129/2013**, os Títulos I a V e os Anexos I a III: competência, estrutura, Administração Superior, prerrogativas, direitos, licenças, aposentadoria, carreiras, ingresso e estágio probatório.

É matéria de **letra da lei**, em que a memorização de prazos, competências e penalidades garante pontos.

Conhecimentos Específicos

O núcleo jurídico traz as disciplinas clássicas e um bloco próprio da atividade policial:

- **Direito Penal** e **Legislação Penal e Processual Extravagante**: o programa da legislação extravagante repete boa parte da Parte Geral do Código Penal, dos crimes em espécie e da teoria da prova, e acrescenta onze leis especiais (Execução Penal, Crimes Hediondos, Lei nº 8.137/1990, Interceptação Telefônica, CTB, Estatuto do Desarmamento, Maria da Penha, Drogas, Organizações Criminosas, Abuso de Autoridade e Pacote Anticrime);
- **Direito Processual Penal**: garantias, **inquérito policial** (arts. 4º a 23 do CPP), ação penal (arts. 24 a 62), prisão em flagrante, teoria da prova e **cadeia de custódia**;
- **Direitos Humanos**, **Medicina Legal** e **Criminologia**, que somam 14 questões, número igual ao de Português e Lei Orgânica juntos.

> ⚠ **Atenção**
>
> No edital de 2024, Direito Penal e Processual Penal aparecem duas vezes: em "Noções de Direito Penal" e "Noções de Direito Processual Penal" e, de novo, dentro do programa de "Legislação Penal e Processual Extravagante". Esta apostila trata cada tema uma única vez, no capítulo próprio, para evitar repetição. Inquérito, prisão em flagrante e prova estão na Parte 9; os crimes em espécie, na Parte 8.

1.7 O perfil das questões de múltipla escolha

As questões desta apostila foram escritas para o padrão de prova de nível superior com **cinco alternativas**, em que a dificuldade raramente está em decorar um dado isolado. Os traços mais frequentes são:

- **enunciados longos**, com textos de apoio em Português e **casos práticos** nas disciplinas jurídicas ("Fulano, investigador de polícia, ao cumprir mandado...");
- **alternativas muito próximas**, que diferem por uma palavra, um prazo ou uma exceção;
- **letra da lei combinada com jurisprudência** consolidada do STF e do STJ;
- em Língua Portuguesa, foco em **interpretação, coesão e efeitos de sentido**, mais do que em nomenclatura gramatical isolada;
- em Raciocínio Lógico, problemas **contextualizados**, que exigem montar o raciocínio antes de calcular.

> ⚠ **Pegadinha de prova**
>
> Em alternativas parecidas, procure a palavra que muda tudo: "sempre", "somente", "exclusivamente", "vedado", "pode", "deve", "salvo". Muitas vezes a alternativa errada reproduz a lei com perfeição e troca apenas uma dessas palavras.

1.8 Como os capítulos estão montados

Todos os capítulos seguem a mesma estrutura:

1. **Abertura**: o que é o tema e por que importa para o investigador de polícia.
2. **Teoria em seções numeradas**, com termos-chave em **negrito** e, nos capítulos jurídicos, os dispositivos centrais **transcritos** na redação vigente.
3. **Caixas de destaque**: "Atenção", "Pegadinha de prova", "Não confunda", "Memorize", "Prazo que cai", "Pena que cai", "Jurisprudência", "Dica de prova", "Na prática da investigação" e "Atualização legislativa".
4. **Resumo esquematizado**, para a revisão rápida.

5. **Pontos-chave de revisão**, numerados.
6. **Cinco questões inéditas** com cinco alternativas, seguidas do **gabarito comentado**, que explica por que a correta está certa e onde erra cada uma das outras.

Ler o comentário de **todas** as alternativas, inclusive quando você acertou, é a forma mais eficiente de aprender a reconhecer os distratores: troca de prazo, de pena, de órgão competente, de "pode" por "deve", exceção transformada em regra.

1.9 Como estudar com esta apostila

Algumas orientações práticas:

- **Priorize Noções de Direito.** São 26 das 70 questões e o primeiro critério de desempate depois da idade.
- **Não negligencie as matérias de 4 e 5 questões.** Direitos Humanos, Medicina Legal e Criminologia somam 14 questões e costumam ter conteúdo mais estável e previsível do que as disciplinas jurídicas.
- **Leia a lei junto com o capítulo**, sobretudo na Lei Orgânica e na legislação extravagante. Preste atenção a números, prazos e palavras como "pode", "deve", "salvo" e "vedado".
- **Treine leitura com cronômetro.** Os textos de Português são longos e a prova tem pouco mais de 3 minutos por questão.
- **Resolva as questões sem olhar o gabarito** e só depois leia os comentários.
- **Revise pelos resumos.** O resumo esquematizado e os pontos-chave são o material das últimas semanas.
- **Treine o físico desde já.** Os exames biofísicos (flexão, 50 metros, impulsão horizontal e Cooper) são eliminatórios e vêm logo depois da prova objetiva.
- **Acompanhe as fontes oficiais.** Em 2024, os atos do concurso foram publicados no Diário Oficial de Minas Gerais e nos sites da ACADEPOL e da banca.

> 🧠 **Memorize**
>
> Prova objetiva de 2024: **70 questões**, **5 alternativas**, **4 horas**, **1 ponto** por questão e aprovação com **35 pontos** (50%), sem mínimo por disciplina. **Noções de Direito** soma 26 questões e é o primeiro critério de desempate depois da idade.

1.10 Resumo esquematizado

Tema	Ponto principal
Situação	Sem edital aberto em out/2026; referência é o Edital nº 04/2024 (FGV e ACADEPOL)
Cargo	Investigador de Polícia I, inicial da carreira (LC nº 129/2013)
Escolaridade	Nível superior em qualquer área (art. 85, III, da LC nº 129/2013 e edital)
Etapas	Objetiva, biomédicos e biofísicos, psicológica, títulos e investigação social
Etapa só classificatória	Prova de títulos (até 5 pontos)
Prova objetiva	70 questões, 5 alternativas, 4 horas, 1 ponto cada
Módulo I	30 questões: LP 10, RLM 6, Informática 8, Lei Orgânica 6
Módulo II	40 questões: Noções de Direito 26, DH 4, Medicina Legal 5, Criminologia 5
Aprovação	35 pontos (50%), sem mínimo por disciplina

Tema	Ponto principal
Biofísicos	4 testes; mínimo de 60 pontos no total e 2 em cada teste
Classificação final	Prova objetiva + títulos
Desempate	60 anos ou mais; Direito; LP; Informática; títulos; jurado; maior idade
Curso de formação	Depois da nomeação e posse, na ACADEPOL, em Belo Horizonte

1.11 Pontos-chave de revisão

1. Não há edital novo publicado; a apostila segue o Edital nº 04/2024 e a legislação vigente em outubro de 2026.
2. A prova objetiva teve 70 questões de cinco alternativas: 30 de Conhecimentos Básicos e 40 de Conhecimentos Específicos.
3. Noções de Direito (Administrativo, Constitucional, Penal, Processual Penal e Legislação Extravagante) somou 26 questões.
4. A aprovação na objetiva exigiu 35 pontos, sem mínimo por disciplina, mas apenas os 825 melhores seguiram para os exames biomédicos e biofísicos.
5. Prova de títulos é a única etapa apenas classificatória; as demais etapas posteriores à objetiva são eliminatórias.
6. A classificação final soma a prova objetiva e os títulos.
7. Depois da idade, o desempate favorece a maior nota em Noções de Direito, depois em Língua Portuguesa e depois em Informática Básica.
8. O curso de formação técnico-profissional ocorre depois da nomeação e posse, com matrícula automática (art. 83, § 2º, da LC nº 129/2013).

QUESTÕES

Questão 1. Marcos fez a prova objetiva do concurso de Investigador de Polícia I regido pelo Edital nº 04/2024 e acertou 9 questões de Língua Portuguesa, 2 de Raciocínio Lógico-Matemático, 3 de Informática Básica, 4 de Lei Orgânica da PCMG e 18 questões do Módulo II. De acordo com as regras de aprovação desse edital, Marcos:

A) foi eliminado, porque não acertou o mínimo de 50% das questões de Raciocínio Lógico-Matemático.

B) foi eliminado, porque o edital exigia ao menos 60% de acertos no total da prova.

C) foi aprovado na prova objetiva, porque somou 36 pontos e o edital exigia 35 pontos, sem mínimo por disciplina.

D) foi aprovado na prova objetiva, porque o edital exigia apenas 50% de acertos no Módulo II.

E) foi eliminado, porque não acertou a metade das questões de Informática Básica.

Questão 2. Segundo o Edital nº 04/2024, entre as etapas do concurso para Investigador de Polícia I, a que tem caráter exclusivamente classificatório é:

A) a avaliação psicológica.

B) a prova de títulos.

C) a investigação social.

D) a prova de conhecimentos objetiva.

E) o exame biofísico.

Questão 3. Dois candidatos, ambos com menos de 60 anos, terminaram o concurso com a mesma pontuação final. Ana fez mais pontos em Língua Portuguesa e na prova de títulos; Bruno fez mais pontos em Noções de Direito e já exerceu a função de jurado. De acordo com os critérios de desempate da classificação final previstos no edital, deve ficar à frente:

A) Ana, porque a maior pontuação em Língua Portuguesa é o primeiro critério depois da idade.

B) Ana, porque a pontuação nos títulos prevalece sobre as notas de disciplinas isoladas.

C) Bruno, porque o exercício da função de jurado é o primeiro critério depois da idade.

D) o candidato de maior idade, porque o edital manda considerar a idade antes das notas por disciplina.

E) Bruno, porque a maior pontuação em Noções de Direito precede os demais critérios depois da idade.

Questão 4. Sobre o cargo de Investigador de Polícia I e a Lei Complementar estadual nº 129/2013, assinale a alternativa correta.

A) A lei exige graduação em Direito para o ingresso na carreira de Investigador de Polícia.

B) O candidato aprovado é matriculado no curso de formação técnico-profissional antes da nomeação, sem remuneração.

C) A lei exige nível superior para o ingresso na carreira de Investigador de Polícia, conforme definido no edital do concurso.

D) O ingresso na carreira se dá no último grau do nível inicial, como forma de valorização do servidor.

E) O concurso público para Investigador é de provas, sendo vedada a avaliação de títulos.

Questão 5. No exame biofísico previsto no Edital nº 04/2024, Carla obteve 25 pontos na flexão de braço, 25 na corrida de 50 metros, 1 ponto na impulsão horizontal e 20 pontos no teste de Cooper. Considerando as regras do edital, Carla foi considerada:

A) apta, porque obteve 71 pontos, acima do mínimo de 60 pontos no total.

B) apta, porque o mínimo por teste só é exigido no teste de Cooper.

C) inapta, porque não alcançou o mínimo de 80 pontos no total.

D) inapta, porque não obteve o mínimo de 2 pontos na impulsão horizontal, ainda que o total supere 60 pontos.

E) apta com ressalva, devendo repetir apenas o teste de impulsão horizontal no curso de formação.

GABARITO COMENTADO

1. C. Marcos somou 9 + 2 + 3 + 4 + 18 = 36 pontos. O item 4.1.7 exige 50% de acertos, ou seja, 35 pontos, sem mínimo por disciplina ou módulo; logo, foi aprovado na objetiva. A e E inventam mínimo por disciplina, que o edital de 2024 não previu. B erra o percentual (50%, não 60%). D erra o fundamento: o mínimo de 50% incide sobre o total da prova, e não apenas sobre o Módulo II.

2. B. Pelo item 3.1.4 e pelo item 10.15, a prova de títulos tem caráter apenas classificatório, com valor máximo de 5 pontos. A avaliação psicológica (A), a investigação social (C) e os exames biomédicos e biofísicos, que incluem o exame biofísico (E), são eliminatórios. A prova objetiva (D) é eliminatória e classificatória.

3. E. Pelo item 13.3, afastado o critério de 60 anos ou mais, desempata a maior pontuação em Noções de Direito; só depois vêm Língua Portuguesa, Informática Básica, títulos, função de jurado e maior idade. Como Bruno fez mais pontos em Noções de Direito, fica à frente. A coloca Língua Portuguesa como primeiro critério, quando ela é o segundo. B inverte a ordem: os títulos vêm depois de Direito, LP e Informática. C antecipa o jurado, que é o sexto critério. D erra: a "maior idade" é o último critério; antes das notas, só se considera a idade igual ou superior a 60 anos.

4. C. O art. 85, III, da LC nº 129/2013 exige habilitação mínima em nível superior "conforme definido no edital do concurso público" para Investigador. A confunde com a exigência feita para Delegado de Polícia (art. 85, I). B contraria o art. 83, § 2º: a matrícula ocorre depois da nomeação e posse, com remuneração do primeiro grau do nível inicial. D contraria o art. 83, caput: o ingresso se dá no primeiro grau do nível inicial. E está errada, porque o art. 83 exige concurso de provas e títulos.

5. D. Pelo item 8.17 e pelo Anexo III, é apto quem soma ao menos 60 pontos no total, desde que atinja o mínimo de 2 pontos em cada teste. Carla somou 71 pontos, mas fez apenas 1 ponto na impulsão horizontal, o que a torna inapta (item 8.21, b). A ignora o mínimo por teste. B restringe o mínimo a um teste, o que o edital não faz. C inventa o mínimo de 80 pontos. E cria uma "aptidão com ressalva" inexistente.

QUESTÕES

Questão 1. Numa briga em frente a um bar, Carlos, querendo atingir um desafeto com uma faca, erra o golpe por um movimento brusco e fere outro homem que estava ao lado. O investigador de polícia elabora o relatório do caso. Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) Há erro sobre a pessoa, e o agente responde por lesão corporal culposa contra o homem atingido.

B) Há erro na execução, e o agente responde como se tivesse praticado o crime contra o desafeto, consideradas as qualidades deste.

C) Há resultado diverso do pretendido, e o agente responde apenas por culpa, por ter atingido bem jurídico de natureza diversa.

D) Há crime impossível, pois o desafeto não chegou a ser atingido.

E) O agente não responde por nenhum crime, pois não tinha dolo em relação ao homem atingido.

Questão 2. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a disciplina do erro no Código Penal.

A) O desconhecimento da lei, se inevitável, isenta de pena.

B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo exclui a culpabilidade, mas permite a punição por crime doloso.

C) O erro evitável sobre a ilicitude do fato diminui a pena de um a dois terços.

D) O erro inevitável sobre a ilicitude do fato isenta de pena, e o evitável poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

E) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena, se a vítima real for diversa da pretendida.

Questão 3. Um homem subtrai, sem violência, o aparelho celular de uma pessoa na fila de um banco. Identificado pela investigação, é indiciado por furto. Arrependido, devolve o aparelho ao dono, por iniciativa própria, depois de oferecida a denúncia, mas antes de o juiz recebê-la. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

A) Incide o arrependimento posterior, com redução da pena de um a dois terços, pois a restituição ocorreu antes do recebimento da denúncia.

B) Incide o arrependimento eficaz, e o agente só responde pelos atos já praticados.

C) Incide a desistência voluntária, pois o agente devolveu a coisa por vontade própria.

D) Não incide o arrependimento posterior, porque a restituição deveria ocorrer antes do oferecimento da denúncia.

E) Ocorre a extinção da punibilidade, porque a coisa foi integralmente restituída à vítima.

Questão 4. Acerca do fato típico e do elemento subjetivo do crime, assinale a alternativa correta.

A) A coação moral irresistível exclui a conduta, tornando o fato atípico.

B) Na culpa consciente, o agente prevê o resultado e assume o risco de produzi-lo.

C) A causa superveniente relativamente independente que, por si só, produz o resultado não exclui a imputação do resultado ao agente.

D) A regra é a punição do crime culposo, salvo quando a lei exigir expressamente o dolo.

E) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, cabendo o dever de agir a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

Questão 5. Sobre consumação, tentativa e crime impossível, assinale a alternativa correta.

A) Pune-se a tentativa, em regra, com a pena do crime consumado diminuída de um sexto a um terço.

B) Há crime impossível sempre que o estabelecimento conta com câmeras e seguranças que acompanham a ação do agente.

C) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

D) O agente que, podendo prosseguir na execução, desiste voluntariamente responde por tentativa do crime pretendido.

E) Os crimes culposos admitem tentativa, desde que o resultado seja previsível.

GABARITO COMENTADO

1. B. Por erro no uso dos meios de execução, o agente atingiu pessoa diversa da pretendida: é a *aberratio ictus* do art. 73, e ele responde como se tivesse praticado o crime contra o desafeto, observado o art. 20, § 3º (consideram-se as qualidades da pessoa visada). A) Errada: no erro sobre a pessoa o agente confunde a vítima, o que não ocorreu; e não há responsabilização por culpa. C) Errada: o art. 74 trata de bem jurídico de natureza diversa, e aqui pessoa foi atingida no lugar de pessoa. D) Errada: o meio era eficaz e o objeto, próprio. E) Errada: o dolo em relação ao alvo pretendido se transfere, por força do art. 73.

2. D. É o art. 21 do CP. A) Errada: o desconhecimento da lei é inescusável. B) Errada: o erro de tipo exclui o dolo e permite a punição por crime culposo, se previsto em lei (art. 20). C) Errada: a redução do erro de proibição evitável é de um sexto a um terço. E) Errada: o erro sobre a pessoa não isenta de pena (art. 20, § 3º).

3. A. O furto foi cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, e a coisa foi restituída por ato voluntário antes do recebimento da denúncia, que é o marco do art. 16; a pena será reduzida de um a dois terços. B) e C) Erradas: desistência e arrependimento eficaz ocorrem antes da consumação, e o furto já estava consumado. D) Errada: o marco é o recebimento, não o oferecimento. E) Errada: a restituição no furto não extingue a punibilidade; apenas reduz a pena.

4. E. Transcreve o art. 13, § 2º, a, do CP. A) Errada: a coação moral irresistível exclui a culpabilidade; a física é que exclui a conduta. B) Errada: assumir o risco é o dolo eventual; na culpa consciente o agente confia que o resultado não ocorrerá. C) Errada: o art. 13, § 1º, diz que essa causa exclui a imputação do

resultado, imputando-se ao agente apenas os fatos anteriores. D) Errada: a regra é o crime doloso; o culposo depende de previsão expressa (art. 18, parágrafo único).

5. C. É o art. 17 do CP (crime impossível). A) Errada: a redução da tentativa é de um a dois terços (art. 14, parágrafo único). B) Errada: pela Súmula 567 do STJ, a vigilância, por si só, não torna impossível o furto. D) Errada: quem desiste voluntariamente só responde pelos atos já praticados (art. 15). E) Errada: os crimes culposos não admitem tentativa, pois o agente não quer o resultado.

7. Ajuda posterior sem ajuste anterior é crime autônomo (favorecimento pessoal ou real, receptação).
8. Participação de menor importância: pena diminuída de um sexto a um terço.
9. Cooperação dolosamente distinta: pena do crime menos grave, aumentada até metade se previsível o mais grave.
10. Condições pessoais não se comunicam, salvo quando elementares do crime e conhecidas do concorrente.
11. Concurso formal próprio: a pena mais grave aumentada de um sexto até metade, nunca acima da soma (concurso material benéfico).
12. Crime continuado: aumento de um sexto a dois terços conforme o número de crimes (Súmula 659 do STJ); no continuado específico, até o triplo.

QUESTÕES

Questão 1. Sobre o concurso de pessoas e o concurso de crimes no Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) O concurso de pessoas exige ajuste prévio e expresso entre todos os concorrentes.

B) Na autoria colateral há concurso de pessoas, e todos respondem pelo resultado mais grave.

C) No concurso formal próprio, as penas dos crimes praticados com uma só ação são sempre somadas.

D) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

E) No crime continuado comum, aplica-se a pena mais grave aumentada de um sexto até metade.

Questão 2. Um particular, sabendo que o amigo é servidor público e tem a posse, em razão do cargo, de equipamentos de informática de uma repartição estadual, ajuda-o a desviá-los e vendê-los. Considerando o Código Penal, o particular responde por

A) furto, pois não é funcionário público, e as condições pessoais nunca se comunicam.

B) peculato, pois a condição de funcionário público é elementar do crime e se comunica ao concorrente que a conhece.

C) favorecimento real, pois apenas auxiliou a tornar seguro o proveito do crime.

D) receptação, pois adquiriu bem que sabia ser produto de crime.

E) nenhum crime, pois o peculato é crime próprio e não admite participação de particular.

Questão 3. Dois homens combinam furtar o depósito de um restaurante, que supunham vazio. Enquanto um vigia a rua, o outro entra e, surpreendido por um funcionário, o agride gravemente para garantir a subtração. A investigação apurou que o vigia nada sabia de armas nem de violência. Quanto ao vigia, assinale a alternativa correta.

A) Responde pelo mesmo crime do comparsa, pois o Código adota sem exceções a teoria monista.

B) Não responde por crime algum, pois apenas vigiou a rua.

C) Responde por favorecimento pessoal, por ter auxiliado o comparsa.

D) Tem direito à redução de pena de um a dois terços, por participação de menor importância.

E) Recebe a pena do crime menos grave de que quis participar, aumentada até metade se o resultado mais grave era previsível.

Questão 4. Um policial civil encarregado da custódia de um preso em flagrante na delegacia, por descuido, deixa de trancar a porta da cela, e o preso, aproveitando-se disso, foge sem violência. Não havia nenhum acordo entre ambos. À luz do Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) O policial é partícipe doloso da fuga e responde pela pena de reclusão de um a quatro anos.

B) O policial é coautor do crime de evasão mediante violência contra a pessoa.

C) O policial responde pela modalidade culposa prevista para o funcionário incumbido da custódia ou guarda.

D) Há participação culposa em crime doloso, punida com a pena do crime doloso reduzida de um sexto a um terço.

E) O fato é atípico para o policial, pois não há crime culposo relacionado à fuga de preso.

Questão 5. Quanto à autoria e à participação, assinale a alternativa correta.

A) Na autoria mediata, o autor se vale de pessoa que age sem culpabilidade ou sem dolo como instrumento, não havendo concurso de pessoas.

B) A participação de menor importância isenta o partícipe de pena.

C) Pela acessoriedade limitada, o partícipe só é punido se o autor for culpável.

D) Quem induz outrem à execução material do crime tem a pena atenuada.

E) A ajuda prestada após a consumação do crime, sem ajuste anterior, configura participação no crime antecedente.

GABARITO COMENTADO

1. D. É a letra do art. 29, caput, do CP. A) Errada: basta o liame subjetivo, sem necessidade de ajuste prévio. B) Errada: na autoria colateral falta o liame subjetivo, e cada um responde pelo que causou. C) Errada: no concurso formal próprio aplica-se a pena mais grave, aumentada de um sexto até metade (art. 70, 1ª parte); a soma só ocorre no formal impróprio, com desígnios autônomos. E) Errada: no crime continuado o aumento é de um sexto a dois terços (art. 71, caput); "de um sexto até metade" é a fração do concurso formal.

2. B. A condição de funcionário público é elementar do peculato (art. 312) e, pelo art. 30, comunica-se ao particular que dela tinha conhecimento. A) Errada: as condições pessoais comunicam-se quando elementares. C) Errada: o favorecimento real pressupõe auxílio fora dos casos de coautoria (art. 349); aqui o particular participou do desvio. D) Errada: ele não apenas adquiriu o bem, mas concorreu para o desvio. E) Errada: crime próprio admite participação de quem não tem a qualidade especial.

3. E. É a cooperação dolosamente distinta do art. 29, § 2º: o vigia quis participar de furto e recebe a pena deste, aumentada até metade se a violência era previsível. A) Errada: o § 2º é exceção à teoria monista. B) Errada: vigiar é auxílio material com relevância causal. C) Errada: o auxílio foi prestado durante o crime, com ajuste, o que é participação. D) Errada: a participação de menor importância reduz de um sexto a um terço (§ 1º), e não é a hipótese do caso.

4. C. Não há participação culposa em crime doloso, mas o art. 351, § 4º, prevê pena de detenção de três meses a um ano, ou multa, no caso de culpa do funcionário incumbido da custódia ou guarda. A) Errada: a pena do § 3º exige dolo de promover ou facilitar a fuga. B) Errada: não houve violência, e o servidor não praticou o núcleo da evasão. D) Errada: não existe participação culposa em crime doloso, nem essa redução. E) Errada: há tipo culposo específico.

5. A. Na autoria mediata o executor é instrumento (arts. 20, § 2º, e 22), e falta o vínculo entre agentes culpáveis, de modo que não há concurso. B) Errada: a participação de menor importância reduz a pena de um sexto a um terço. C) Errada: pela acessoriedade limitada, basta que o fato do autor seja típico e ilícito. D) Errada: coagir ou induzir outrem à execução material do crime é agravante (art. 62, II). E) Errada: sem ajuste anterior, a ajuda posterior é crime autônomo (favorecimento ou receptação).